

1 Aos 9 (nove) dias do mês de novembro de 2021, às 18 (dezoito) horas e 35 (trinta e cinco)
2 minutos, instalou-se em plataforma virtual a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – CACS FUN-
3 DEB/BH, com a seguinte pauta: **1)** Leitura e aprovação das atas das reuniões de 05/10 e
4 de 14/10/21; **2)** Recomposição dos representantes do segmento Pais de estudantes das
5 Unidades Municipais de Educação; **3)** Como os recursos do FUNDEB poderiam impactar a
6 Escola de forma global. A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Mônica de Fátima Diniz Hamdan, Elizabeth Raidan, Leonardo Alves de Souza, Luiz Carlos
7 Bittencourt Silva, Marcelino Cástulo Martins, Cristina Vieira Guimarães, Wagner Alves Pe-
8 reira, Milton de Souza Júnior, Alexandre Renato Ramos, Maria Cristina Silva, Joaquim Calixto Filho e Maria do Carmo da Silva G. O. e Sousa. Justificou sua ausência: Marcus Viní-
9 cius Lindenberg Fróes. Contou-se, ainda, com as presenças de Roberto Carlos, como con-
10 vidado e de Vanessa Márcia da Cunha, como servidora de apoio ao Conselho. A Presidente
11 Mônica de Fátima Diniz Hamdan iniciou a assembleia saudando a todos e solicitando a
12 autorização para a gravação da reunião através de registro no *chat*. Em seguida, passou-
13 se para o primeiro ponto da pauta e a presidente perguntou se havia alguma alteração a
14 ser feita nas atas das reuniões de 05/10 e de 14/10/21. Não havendo alterações a fazer, as
15 atas foram aprovadas. Logo depois, a presidente informou que há vacância nas vagas do
16 segmento Pais de estudantes das Unidades Municipais de Educação e o Conselheiro Joa-
17 quim Calixto Filho pediu a palavra. Ele falou que, para dar mais responsabilidade aos pais
18 no processo educacional, seria importante que as vagas fossem preenchidas por pais que
19 não fossem servidores públicos, simultaneamente. Complementou dizendo que precisa-se
20 de um “investimento” nas famílias para que elas possam participar dos conselhos. Em res-
21 posta, a presidente elogiou a participação e o interesse dele que, inclusive, faz parte do
22 Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte. Ela comunicou que irão discutir a
23 forma de realização da campanha para a eleição de pais e sensibilizá-los. Após, decidiram
24 passar ao terceiro ponto da pauta para aguardar a chegada do Conselheiro Marcelino Cás-
25 tulo Martins que traria informações/contribuições sobre este assunto. Referindo-se ao ter-
26 ceiro ponto da pauta, a presidente falou da importância de se ter uma boa educação para
27 a formação de um cidadão crítico e o quanto esse cidadão é capaz de perceber a relevância
28 da escola e da educação. Quanto à verba do FUNDEB, ela crê que essa proporciona equi-
29 dade e oportunidades melhores para todos. Abriu-se às falas e a palavra foi passada para
30 a Conselheira Elizabeth Raidan Gonçalves. Ela disse que, de forma geral, suas ideias são
31 relativas às observações da escola e das situações que vivencia/ou. Argumentou que os
32 profissionais concursados (Assistente Administrativo Educacional), bem como os terceiri-
33 zados, tem salários pouco valorizados e que, se não tiverem muito amor à profissão, ofe-
34 recerão um trabalho aquém do esperado. Ela avalia que deve-se pensar em ampliar a “co-
35 bertura” dos recursos do FUNDEB aos profissionais da educação e não destiná-los apenas
36 aos professores. Quanto à materialidade, ela ponderou que beneficiar este quesito melho-
37 raria as questões na escola. Relatou que há dificuldade para se conseguir material para a
38 execução de projetos, para os recursos tecnológicos incluindo-se o pessoal treinado em
39 tecnologia e que, no que tange as Artes, disse não haver instrumentos musicais ou serem
40 quase inexistentes nas escolas. Pontuou que, de maneira geral, devia-se investir em algo
41 a ser direcionado aos alunos e que potencialize o ensino das crianças, como, por exemplo,
42 a música. Finalizou comentando que não sabe se alguns dos itens expostos podem ser
43 utilizados pelos recursos do FUNDEB. Em complementação à fala anterior, o Conselheiro
44 Joaquim Calixto Filho disse ser necessário incluir investimento no esporte, além da música.
45 Ele crê que a comunidade escolar devia criar um projeto permanente abrangendo a cultura,
46
47
48

49 o esporte, a arte e o lazer; projeto esse, incentivado pela escola e que envolvesse a comu-
50 nidade. O Conselheiro Alexandre Renato Ramos tomou a palavra e agradeceu a acolhida
51 recebida neste Conselho, a oportunidade de ter expressado sua opinião em todos os mo-
52 mentos desejados e se despediu dos presentes. Ele contou que acredita que a grande
53 dificuldade de participação dos pais neste Conselho é o entendimento do processo. Tam-
54 bém crê que, como já existe um formato pronto, “engessado”, em que não pode-se realizar
55 mudanças, a participação do conselheiro fica no limbo. Reiterou que o hermetismo existente
56 tira o brilhantismo da possibilidade de se efetuarem mudanças. Relatou que está retirando
57 seu filho da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) por insatisfação e frustração com
58 o ensino público; pretendendo que ele tenha melhores oportunidades e condições de de-
59 senvolvimento em outra rede. Ele acredita que não existe planejamento a longo prazo na
60 educação pública, que a “vida pública” é completamente diferente da “vida privada” e que,
61 enquanto não houver um esclarecimento maior e melhor do que é o ensino público, a escola
62 terá dificuldade quanto à participação dos pais. A Presidente Mônica de Fátima Diniz Ham-
63 dan, refletindo sobre as falas, disse que no Brasil as questões educacionais são culturais e
64 sociais ao mesmo tempo, não sendo, especificamente, a educação pública do município de
65 Belo Horizonte (BH). Pontuou que este é um país que não valoriza o profissional da educa-
66 ção, sendo uma questão cultural o funcionário público de qualquer categoria só conseguir
67 aumento de salário à custa de uma greve. Disse, também, que a questão social da educa-
68 ção está ligada à questão econômica do país. Explicou que o Novo FUNDEB possui regras
69 que determinam para quais categorias o recurso pode ser usado. Além disso, que a lei
70 estabelece que tipo de materialidade e onde o recurso pode ser empregado. Alegou que os
71 recursos diminuíram por uma questão econômica (crise no país) mas que, dentro da escola,
72 não faltam recursos. Incitou os presentes à reflexão sobre o problema da escola pública;
73 sobre o porquê do menor desempenho do aluno que estuda em escola pública se compa-
74 rado ao aluno que estuda na escola privada, considerando que, às vezes, na escola pública
75 há mais recursos que na escola privada. Questionou se seria falta de formação do gestor
76 para gerir e empregar bem o recurso ou falta de consciência do profissional da escola pú-
77 blica que recebe um baixo salário ou, ainda, falta da valorização da educação até mesmo
78 pelas famílias. Complementou dizendo que a família que paga uma mensalidade alta na
79 escola privada exige do seu filho o compromisso com a educação. Concluiu afirmando que
80 o aluno que tem um bom rendimento é um aluno que tem uma família que valoriza a edu-
81 cação. A Conselheira Maria Cristina Silva, enquanto mãe e estudante, defendeu a educa-
82 ção pública reconhecendo seus qualificados e dedicados profissionais. Levantou pontos
83 que diferenciam a qualidade do ensino das escolas pública e privada lembrando que, na
84 maioria das vezes, os profissionais são os mesmos em ambas as escolas. Assinalou que
85 alguns gestores sabem gerir os recursos, mas, relembrou que a PEC 95/2019 reduziu os
86 recursos “congelando-os” por 20 anos. Pediu ao Conselheiro Alexandre Renato Ramos que
87 não desacreditasse da escola pública e repensasse sua decisão trazendo a reflexão da
88 defesa e da valorização do ensino público. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins, en-
89 quanto professor de escola pública, solicitou ao Conselheiro Alexandre Renato Ramos que
90 desse um crédito à possibilidade de mudança dos aspectos/fatos que o deixaram insatis-
91 feito no que diz respeito à matrícula de seu filho na EMEI. Sugeriu que ele procurasse a
92 direção e a coordenação da escola e apresentasse um diagnóstico e propostas para a me-
93 lhoria do que ele entende ser necessário. Pontuou que a grandiosidade do trabalho dos
94 educadores públicos se deve ao desejo de se fazer algo melhor para a população e é pro-
95 veniente da natureza das pessoas, dos movimentos particulares de cada um de se pós-
96 graduar e continuar se formando. Complementou dizendo que, além disso, há um aumento
97 de recursos considerável por força da população brasileira que, por meio de alguns de seus
98 representantes, lutam para a melhoria da qualidade da educação. Elizabeth Raidan Gon-
99 çalves retomou a palavra contando fazer um estágio em uma escola pública atualmente em
100 que observa o trabalho de alfabetização nesta unidade escolar. Ela comentou que alguns

101 professores acreditam que não se deve alfabetizar na Educação Infantil e fez uma compa-
102 ração com a escola privada. Ela pontuou que, hoje, sabe-se que as crianças da maioria das
103 escolas particulares iniciam o 1º ano sabendo ler e escrever e crê que isso não deve ser
104 diferente na escola pública. Ela acha que o trabalho tem que ser consistente tendo a inte-
105 ração, a brincadeira, que é o fundamento da didática da Educação Infantil, mas que tem
106 que ofertar o ensino, a formação, a alfabetização. Avaliou não se poder apartar a alfabeti-
107 zação e o ensinar às crianças a pensar criticamente ficando somente na brincadeira, na
108 diversão. Insistiu na colocação da existência da questão da materialidade dizendo que, ao
109 contrário da fala da colega, já conviveu com a falta dela em 3 ou 4 escolas em que traba-
110 lhou. Sobre a questão da gestão falou que a Secretaria Municipal de Educação (SMED) dá
111 autonomia às escolas mas que, às vezes, esta liberdade é confundida e que os gestores
112 não tem um procedimento único, considerando que cada um pode decidir na sua unidade.
113 Afirmou que as diferenças são gritantes nas escolas públicas em que cada uma funciona
114 de uma forma. Quanto ao FUNDEB, disse que existe o direcionamento dos recursos pela
115 lei, mas que, no Brasil, apenas os professores são considerados profissionais da educação
116 e a verba do FUNDEB é voltada somente para os seus salários. Relatou ter vivenciado
117 situação em instituição particular em que todos (faxineiros, cozinheiros, servidores da se-
118 cretaria, da biblioteca) são educadores, considerados profissionais da educação. Propôs
119 que se pensasse de forma global, ou seja, em todos os profissionais que fazem parte da
120 educação e não somente no professor. Finalizou dizendo que, talvez, o Conselheiro Ale-
121 xandre Renato Ramos, fazendo a reflexão para o atendimento e a motivação do seu filho,
122 pudesse repensar, reconsiderar e dar uma chance à permanência dele na escola pública.
123 O Conselheiro Alexandre Renato Ramos agradeceu as palavras de todos e disse que a
124 colega Elizabeth Raidan Gonçalves resumiu seu sentimento de pai e fez uma análise do
125 contexto vivenciado por ele. Falou que foi rico ter participado do grupo tendo se sentindo
126 honrado e que refletirá sobre as falas. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins explicou
127 que a materialidade comum parte da SMED diferenciando-se apenas no quantitativo entre-
128 gue às escolas que é dependente do número de alunos matriculados, não podendo-se pai-
129 rar dúvidas quanto a isso. Pontuou dizendo que a utilização dentro de cada unidade escolar
130 precisaria ser refletida. Esclareceu, também, que a Nova Lei determina que 70% dos recur-
131 sos do FUNDEB seja para o pagamento da folha de professores e os 30% restantes são
132 para outras despesas da educação, como compra de materialidade, obras ou outros servi-
133 ços. Expôs, em valores estimados que a folha de pagamento da Educação como um todo
134 “gira” em torno de 1 bilhão e 247 mil reais e que o município de Belo Horizonte recebe do
135 FUNDEB cerca de 1 bilhão e 72 mil reais; ou seja, o recurso para o pagamento de toda a
136 folha é bem maior do que o recurso repassado pelo FUNDEB. Elucidou, então, que BH opta
137 por usar 100% dos recursos para o pagamento dos servidores - professores e concursados
138 que atuam na escola - porque 100% pode ser usado para o pagamento da folha. Recordou,
139 ainda, que os professores que não estão na regência não recebem por meio dos recursos
140 do FUNDEB. O convidado Roberto Carlos pediu a palavra, se apresentou como membro
141 do Conselho Municipal da Saúde, viúvo e pai de 2 filhos. Ele falou de sua decepção com a
142 Educação, em 2021, por não conseguir uma escola para o filho cursar o 6º ano e relatou
143 que existe a necessidade de se fazer um cadastro para a matrícula dos estudantes. Alegou
144 que esta automatização da escola afasta os pais. Em sua avaliação, o momento é de se
145 trazer os pais para a escola e não de afastá-los. Contou que a sua negativa em fazer o
146 cadastro é porque a oferta de matrícula será em escola que não é de seu desejo. Foi-lhe
147 dito que este é um conselho específico que trata de recursos do FUNDEB para o financia-
148 mento da Educação. Mesmo não sendo um assunto pertinente a este Conselho, foi-lhe
149 explicado que o cadastro é necessário para a organização do processo de matrícula dos
150 estudantes e foi-lhe aconselhado que procurasse a escola onde o filho está matriculado ou
151 a Diretoria Regional da localidade onde mora para que seja auxiliado no preenchimento do
152 mesmo. Ele reiterou que o Estado quer obrigá-lo a colocar o filho em uma escola que ele

153 não quer e foi-lhe, então, orientado que, primeiro procure as escolas mais próximas à sua
154 casa, e, posteriormente, se a escola a que foi encaminhado não lhe atender por algum
155 motivo, que procure o Conselho Tutelar para fazer o encaminhamento para a regional e
156 estudar o caso e, em último caso, acione o Ministério Público. Logo depois, voltando ao
157 segundo ponto da pauta, o Conselheiro Marcelino Cástulo Martins contou que recebeu a
158 peça gráfica usada no Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e sugeriu uma campanha
159 semelhante para o CACS FUNDEB para se conseguir maior capilaridade com a maior bre-
160 vidade possível. Comunicou que a peça gráfica além de ser encaminhada para cada escola
161 foi inserida no portal da PBH. Solicitou o envio da peça gráfica para cada conselheiro para
162 que pudessem contribuir na adaptação do conteúdo. Após discussões, definiu-se pelo envio
163 de e-mail para as escolas solicitando encaminhamento aos pais dos alunos (ampla campa-
164 nha) com as informações sobre a eleição contendo a data de inscrição até o dia 26/11/21
165 e posterior envio da peça gráfica aos pais reforçando o convite à participação do processo
166 eleitoral. Depois, foi sugerida a seguinte pauta para a próxima sessão plenária: apresenta-
167 ção dos representantes eleitos e prestação de contas. Às 20 (vinte) horas e 45 (quarenta e
168 cinco) minutos, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.